

Prefácio

Foi com muita alegria e satisfação que recebi o convite para redigir o prefácio do livro-coletânea “Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social”, resultado de estudos, pesquisas e interlocuções de docentes e discentes da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo do tempo, a UFRJ se consolidou como um espaço de excelência na formação profissional de assistentes sociais (tanto na graduação, quanto na pós-graduação), e as produções acadêmico-científicas oriundas desta Universidade têm servido como importantes referências para o Serviço Social, inclusive muito para além das fronteiras territoriais e geográficas brasileiras. Também merece sublinhar que o alcance de tais produções extrapola a área de Serviço Social, com repercussões que abrange o conjunto das ciências humanas e sociais.

De antemão, ressalto que, em geral, o objetivo de um prefácio é fazer uma exposição sumária do conteúdo de uma obra, destacando seus principais argumentos e pontos fortes, com o propósito de estimular a sua leitura. Mas quero registrar que não tenho a pretensão de abarcar e esgotar a complexidade, densidade e abrangência de todo o seu conteúdo, o que seria uma tarefa inexecutável em algumas páginas.

Destaco que a respectiva obra apresenta temas de suma relevância para a reflexão crítica sobre as configurações recentes do mundo do trabalho, o lugar das políticas sociais na agenda pública e governamental, os desafios postos para as lutas sociais e para o Serviço Social, profissão inserida e implicada em uma conjuntura de agravamento das expressões da “questão social”. Com sólidos argumentos e fundamentação teórica, as autoras e os autores dos capítulos aqui apresentados abordam com autoridade intelectual e de maneira crítica e articulada os temas propostos. Cabe lembrar que o Serviço Social brasileiro é reconhecido como profissão e área de conhecimento e, nas últimas décadas, vem deixando um legado e uma contribuição importantes para o avanço da produção científica. Essa notoriedade é demonstrada nesta obra a partir do rigor, compromisso ético-político e trato teórico-metodológico dos conteúdos temáticos, resultado de um processo de maturação intelectual de assistentes sociais no decorrer da história.

A realização de pesquisas, em todas as suas etapas, até o seu desfecho em forma de resultados e divulgação para a sociedade, exige trabalho árduo, dedicação, financiamento, infraestrutura com condições adequadas, recursos humanos qualificados, e um conjunto de fatores que caminham na contramão do que o Brasil vivenciou nos últimos anos. Atravessamos, recentemente, com destaque para o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), um período nebuloso, marcado pelo negacionismo, obscurantismo, ataque à ciência e às Universidades, perseguições a cientistas, censura ao pensamento crítico, ameaças às liberdades democráticas, intimidações e assédios de diversas ordens. Somado a isso, ainda vivenciamos a trágica pandemia de Covid-19, que provocou efeitos deletérios para toda a humanidade, reforçando o nosso estado de barbárie social.

Com isso, quero dizer que a vitória de Lula nas eleições de 2022 não significa que esse quadro esteja superado. Pelo contrário. Esse período mencionado demonstra que temos tarefas exigentes e desafios hercúleos para frear essa avalanche conservadora, de traços

violentos, que se espraia como erva daninha por todos os meandros da vida social em dimensão global.

E considerando as nossas tragédias e misérias de diversas ordens, no dia em que redijo este prefácio, ganha repercussão uma notícia amplamente divulgada nos meios de comunicação de massa sobre a queda na produção científica brasileira. A matéria aponta que, no contrafluxo da produção científica mundial, que apresentou um crescimento de 6,1% em 2022 na comparação com o ano anterior, o Brasil teve a maior redução na publicação de artigos científicos do período, representando um decréscimo de 7,4% no respectivo ano¹. De acordo com o relatório, de 1996 a 2021, o número de artigos publicados envolvendo autores e autoras do Brasil aumentou anualmente, apresentando sua primeira queda em 2022. Dentre os fatores que levaram a isso, são apontadas algumas hipóteses, tais como: os efeitos da pandemia (e aqui não se pode desconsiderar seus inúmeros desdobramentos com as medidas de isolamento e distanciamento social o que exponenciou ainda mais as desigualdades de gênero, diante da responsabilização naturalizada das mulheres pelos afazeres domésticos; o cuidado com crianças e idosos; além dos adoecimentos, mortes, sobrecargas etc.) e os profundos cortes orçamentários nos investimentos e no financiamento de pesquisas por parte do governo brasileiro. Os dados indicam que a produção científica de vários países sofreu queda, porém, no caso brasileiro, destaca um desempenho abaixo ao da Ucrânia, país que está em guerra com a Rússia.

Mas, para além do dado apresentado, é importante analisar criticamente as informações divulgadas a partir de uma perspectiva de totalidade, de modo a não cair em análises rarefeitas e simplistas. Nesse caso, é preciso considerar outros elementos, levando em conta outras dimensões, como a qualidade da produção científica socialmente direcionada para as necessidades humanas, a formação qualificada de recursos humanos (isso envolve o ensino no âmbito da graduação e da pós-graduação), os acordos de cooperação acadêmica, a produção de patentes, o estímulo à organização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais, a contribuição das Universidades na formulação de políticas públicas para a redução das desigualdades e o desenvolvimento do país, o investimento em laboratórios, o financiamento de projetos de pesquisa, suporte técnico e administrativo para a realização das atividades cotidianas, as ações de grupos e redes de pesquisa, a realização de projetos de extensão efetivamente comprometidos com as demandas da comunidade, dentre outras variáveis que englobam essa realidade.

Nunca é demais lembrar que, no Brasil, quem produz ciência, investe em pesquisas e na produção de conhecimento ainda é a Universidade Pública. Isso significa a necessidade de investimentos públicos e destinação de orçamento para a ciência brasileira e para as Universidades. Porém, mesmo após a experiência dramática vivenciada com a pandemia, a ciência ainda segue asfixiada, não sendo uma prioridade de investimento do Estado brasileiro. Mesmo a partir de 2023, sob o governo Lula, em que estão sendo retomados investimentos na ciência como um todo por meio do lançamento de editais públicos, ampliação e aumento nos valores das bolsas de pesquisa, ao se comparar à situação brasileira com outros países, o Brasil está muito aquém do que poderia investir para o avanço

¹ Dados baseados no Relatório da Editora Científica Elsevier e da Agência Bori, coletados na base Scopus/Elsevier e divulgados em 24 de julho de 2023 (Fonte: Pesquisa FAPESP). Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/producao-cientifica-brasileira-cai-pela-primeira-vez-desde-1996/>> Acesso em: 24/07/2023.

científico e desenvolvimento da nação. Mas na disputa incessante pelo fundo público, na arena de interesses antagônicos entre as classes sociais, o que se observa é o deslocamento de rota no que se refere às prioridades do Estado diante do seu compromisso com uma lógica capitalista predatória, e não com a proteção social da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, considerando seu histórico de capitalismo dependente, colonialismo e escravismo, a partir da ofensiva do capital financeiro, de traços neoliberais, o Estado tem canalizado todas as suas energias para o atendimento às necessidades do mercado e do rentismo, resultando em efeitos corrosivos para as políticas sociais que assumem caráter focalizado, fragmentado, descontínuo, mercantil e assistencialista. Para atender aos anseios do capitalismo, em sua dimensão mundializada, financeira, rentista e predatória, o Estado conduz a privatização de estatais e contrarreformas, com destaque para aquelas que envolvem a previdência social e os direitos do trabalho, contribuindo para um cenário regressivo, marcado pela perda de direitos e a reprodução renitente das desigualdades sociais.

Na contramão do investimento em políticas sociais públicas de caráter universal, expande-se a participação dos setores empresariais-privados, provocando a mercantilização da saúde, educação, previdência social, cultura, habitação, segurança pública, dentre outras políticas que vão perdendo a conotação de direito e se transmutando em serviços ofertados e consumidos no suposto e falacioso “livre mercado”. É nesse contexto que as desigualdades produzidas e reproduzidas historicamente no Brasil são perpetuadas.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2023, o número de desocupados correspondia a 9,4 milhões de pessoas e, no mesmo período, 3,9 milhões se encontravam na condição de desalentados, ou seja, pessoas que desistiram de procurar trabalho, totalizando mais de 13 milhões de pessoas fora da força de trabalho². Tais dados sinalizam para uma compreensão mais detalhada da inserção da população no mundo do trabalho e o acesso aos direitos sociais.

Diante das mudanças no mundo do trabalho em âmbito global e, no caso brasileiro, da legislação trabalhista, por meio da contrarreforma de 2017, observa-se um quadro devastador para a classe trabalhadora, que se depara com poucas e restritas possibilidades de inserção laboral. A inteligência artificial e o incremento científico, tecnológico, informacional e digital estão provocando transformações abruptas no universo laboral, sobretudo com modalidades de trabalho mais precárias diante do fenômeno denominado de plataformação/uberização do trabalho. Nesse universo, constata-se como regra a ausência e fragilização de vínculos trabalhistas, a intensificação e o prolongamento de jornadas, a expansão de terceirizações e quarteirizações, inseguranças, incertezas, instabilidades, ausência de direitos, informalidade e desregulamentação que resultam em uma total corrosão da proteção social. Nesse ínterim, também é fundamental mencionar o aumento de casos de trabalhos análogos à escravidão, que ganham repercussão nacional mediante denúncias e fiscalização. Tais questões não são problemas pontuais, regionais ou episódicos. São elementos constitutivos de uma estrutura social marcada pela violação de direitos e que servem para atender às necessidades de reprodução e acumulação capitalista no sentido de maior concentração, lucratividade e centralização de capital. Essa sociabilidade, que incentiva diuturnamente o empreendedorismo e o individualismo, coloca desafios para o sindicalismo,

² Cabe lembrar que o IBGE foi um, dentre tantos órgãos e serviços públicos, que sofreu fortes cortes orçamentários durante o governo de Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: 25/07/2023.

para as amplas e heterogêneas organizações coletivas da classe trabalhadora e para as lutas sociais como todo.

No que se refere aos indicadores sobre a pobreza, em 2021, o Brasil apresentou seu maior valor da série histórica (iniciada em 2012) ao totalizar 30,4%, ou seja, 64,6 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Esse cálculo se baseia na renda domiciliar per capita, incluindo os rendimentos provenientes do trabalho (formal ou informal) e, também, outras fontes como aposentadoria, seguro-desemprego, programa de transferência de renda, dentre outros. A pobreza no Brasil também é marcada por desigualdades regionais, de raça e de gênero. Em 2021, a taxa de pobreza social entre os brancos era de 19,4%, enquanto os negros representavam 38,9%. Do ponto de vista regional, a taxa de pobreza social na região Nordeste era de 36,4%; na região Norte correspondia a 33,9%; 29%no Sudeste; 28,4% na região Centro-Oeste e na região Sul totalizava 24%. Também em 2021, enquanto 31,2% de mulheres se encontravam em situação de pobreza social, o percentual de homens era de 29,6% (PUCRS Data Social)³. Em relação à fome, de acordo com os dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), no ano de 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. A pesquisa apontou que mais da metade da população brasileira, o equivalente a 58,7%, convive com a insegurança alimentar em algum grau, ou seja, leve, moderada ou grave (fome), levando o Brasil a regredir aos patamares dos anos 1990⁴.

A fome também é marcada por disparidades regionais, de raça e de gênero, atingindo majoritariamente mulheres, população negra e residentes das regiões Norte e Nordeste. Dentre as suas múltiplas e evidentes desigualdades, o Brasil se depara com um paradoxo: como ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e ao mesmo tempo manter os elevados índices de fome, pobreza, miséria, além de insegurança alimentar e nutricional? Essa realidade mostra o compromisso e prioridades do Estado brasileiro com os segmentos de classe que lucram com a manutenção e ampliação das mazelas sociais.

Os indicadores descritos revelam as abissais desigualdades presentes na realidade brasileira e colocam desafios para as lutas ampliadas da classe trabalhadora no que se refere a tais superações.

Essas breves considerações objetivam dialogar com o conteúdo apresentado nesta obra, que contempla temas sobre o trabalho, as políticas sociais, as lutas sociais e o exercício profissional de assistentes sociais. São temáticas que precisam ser apropriadas e investigadas pelo Serviço Social, dada a sua natureza investigativa e interventiva. Além do mais, problematizar e decifrar essa realidade complexa, conflituosa e contraditória é também compreender as expressões da “questão social”, objeto de investigação e intervenção profissional. Dentre os legados da profissão, o Serviço Social vem construindo histórica e coletivamente um projeto ético-político, comprometido com a democracia, a justiça social, o pluralismo, a liberdade, a qualidade dos serviços prestados, a emancipação da classe trabalhadora e a construção de uma outra sociabilidade⁵.

³ Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/pobreza-social/>> Acesso em: 25/07/2023.

⁴ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 25/07/2023.

⁵ Com licença poética, ao lutarmos convictamente por um outro projeto de sociedade, sem exploração, dominação e opressão, recorro ao poeta Manoel de Barros, que diz que as coisas que ainda não existem são as mais bonitas.

Não sendo a realidade um todo homogêneo, harmonioso e linear, a profissão é sempre tensionada pelas inflexões e investidas de um conservadorismo que ronda a vida em sociedade. Isso coloca desafios para a profissão e a necessidade da vigilância permanente. Nessa caminhada, parafraseando os versos de Guimarães Rosa, precisamos estar com os pés livres, as mãos dadas e os olhos bem abertos e atentos. Até porque, ainda segundo o poeta, “Todo caminho da gente é resvaloso. Mas, também, cair não prejudica demais – a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!”.

Isso para dizer que, apesar das adversidades postas pela realidade social, as lutas sociais estão vivas, pulsantes e plenas de possibilidades por todos os cantos do mundo. Um exemplo emblemático e inusitado disso e que tem chamado a atenção dos holofotes é o caso da greve de roteiristas, atores e atrizes em Hollywood. Dentre as reivindicações desse segmento estão o reajuste salarial, aumento dos rendimentos pela reprodução das atuações em plataformas de streaming e a exigência de regulação do uso e da manipulação de suas imagens por meio da inteligência artificial. Esse movimento assume proporções até então inimagináveis no contexto estadunidense da luta de classes. Longe de qualquer pessimismo e fatalismo, tal caso elucida que o movimento da realidade é dinâmico e se transforma incessantemente.

Diante disso, ressalto que a obra que temos em mãos, no seu todo integrado e articulado, esboça percursos de possibilidades para reflexões sobre o presente, considerando o nosso tempo histórico, sem perder de vista a competência teórica e a capacidade dialética de analisar o passado e apresentar prospecções futuras que nos direcione para a construção de uma sociabilidade compatível com as condições civilizatórias e as necessidades humanas.

E vamos ao que interessa: à leitura!

Reginaldo Ghiraldelli
Universidade de Brasília, julho de 2023